



UMA EXPERIÊNCIA DE CATEQUESE JESUÍTICA DOS KAINGANG EM NONOAI EM MEADOS DO SÉCULO XIX

*Fabricio Trennepohl*¹

Referência do artigo:

AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre os índios Kaingáng, 1848-1851. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte: Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, v. 15, n. 35, p. 73-116, jan./abr., 1983.

A história das ações catequéticas e políticas dos jesuítas no Brasil entre os indígenas já foi amplamente estudada e, no sul do Brasil, são bastante conhecidas as ações entre os indígenas Guarani na região dos “sete povos das missões”. Já a atuação dos inacianos entre os Kaingang é praticamente desconhecida. Um dos poucos estudos neste sentido é o do padre jesuíta Ferdinand Azevedo, objeto desta resenha.

Ferdinand Azevedo, nascido nos Estados Unidos da América, foi ordenado Sacerdote, em 1970, pela congregação jesuítica, passando a viver no Brasil a partir de 1975. Falecido em 2011, foi pesquisador e professor do Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e coordenador do Instituto de Pesquisa Padre Nogueira Machado vinculado à Unicap. Azevedo graduou-se em Filosofia pela *Gonzaga University*, em 1963, realizou mestrado em História pela *Loyola University of Los Angeles* (1968) e doutorado em História pela *The Catholic University of America*, em 1974. Grande pesquisador de História Regional do Brasil, Azevedo atuou por mais de 30 anos na Unicap, onde ocupou os cargos de pró-reitor administrativo e comunitário, diretor da biblioteca, chanceler, entre outros, e recebeu o título de *Cidadão Pernambucano* em 1997.

¹ Acadêmico de Ciências da Computação - UFFS



No artigo *A Catequese Jesuítica entre os Índios Kaingang, 1848-1851*, Azevedo aborda a história de um empreendimento de catequização iniciado pelos jesuítas nas comunidades Kaingang na região que abrange, entre outras, as atuais cidades de Cruz Alta, Nonoai, Passo Fundo e Vacaria, no Rio Grande do Sul, entre o final da década de 1840 e início da década de 1850. Segundo o autor, esta tarefa esteve atravessada por vários aspectos culturais, políticos, geográficos e religiosos que, por diversas vezes, impuseram obstáculos ao processo de cristianização dos povos indígenas naquela região.

Na primeira parte do artigo, intitulada *Os antecedentes*, Azevedo introduz o contexto que antecedeu a retomada das atividades dos jesuítas no Rio Grande do Sul na década de 1840, já que a congregação inaciana havia sido expulsa das colônias portuguesas em 1759. Inicialmente, o autor destaca como a atenção das autoridades sobre a situação dos povos indígenas na região foi previamente desviada em razão da instabilidade causada pela Revolta Farroupilha (1835-1845). As primeiras negociações entre o governo da província e os jesuítas para um projeto de catequização dos Kaingang - vistos então como “selvagens” no discurso oficial - no norte do Rio Grande do Sul são apresentadas pelo autor recorrendo à documentos como correspondências e relatórios oficiais, como a carta do Pe. Antônio de Almeida Leite Penteado ao presidente da província, o Conde de Caxias, por meio da qual os jesuítas propõem seus trabalhos de catequização das “tribos” próximas à população denominada Passo Fundo, com o auxílio do governo, pedido que foi acatado pelo presidente.

Em seguida, o autor assinala que a precariedade das estradas estava entre as razões “menos louváveis” entre as quais levaram o governo a apoiar a catequização dos indígenas. Enquanto presidente da província, o Conde de Caxias aumentou a verba para a construção de estradas, continuando o trabalho iniciado por Dom João VI, que, em 1809, ordenou a abertura de um acesso entre Curitiba e o Rio Paraná. Como consequência, citando o antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto, Azevedo indica a valorização das terras à margem das estradas, o que incentivou a remoção das populações indígenas que as habitavam.

Na seção seguinte, *O Enredo Político*, o autor destaca o papel fundamental que o agora novamente presidente da província do Rio Grande do Sul, Manuel Antônio Galvão, ocupou nas tentativas de catequização dos indígenas Kaingang em meados do século XIX, dado que a Assembleia Provincial não



compartilhava de seus interesses. O presidente tentou estabelecer as missões de catequização pelos padres capuchinhos italianos recorrendo ao Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, que estabelecia um diretor geral dos indígenas para cada província e, para cada aldeia, um diretor e um missionário.

O presidente da província, entretanto, não foi capaz de obter o auxílio dos capuchinhos, então optou pelos jesuítas, pedindo que fosse iniciada uma catequese nas proximidades do Rio Caí, onde colonos alemães estavam se estabelecendo, a fim de evitar conflitos entre os dois grupos, como descreve o autor em *Entram os Jesuítas*. Os jesuítas responsáveis enviaram a informação ao Superior da Missão, Pe. Parés, em Montevideu, que se reuniu com Galvão para acordar os detalhes das ações jesuíticas na província.

Posteriormente, em *Os Aldeamentos*, Azevedo aborda o estabelecimento do aldeamento de Nonoai por meio dos escritos do Pe. Parés, que, então, o descreveu como malfeito em razão de ter sido criado à força e por sua pretensão de se tornar um “centro de todos os índios”, o que implicava em transferências de grupos de outros aldeamentos para um único lugar, resultando em conflitos e ineficiência. Além disso, segundo Parés, o governo fez várias promessas aos indígenas para mantê-los contentes, sob condição de que não causassem mal aos cristãos. Conseqüentemente, quando o governo não as cumpria, os habitantes do aldeamento faziam ameaças. Mais à frente, no texto, o autor descreve também rivalidades entre os indígenas chefiados pelos “caciques” Condá, Pedro Nicofé (também nomeado Nicafin em outras fontes], Canafé, Voutoro e Nonoai (p. 88-89).

Além dos problemas do aldeamento de Nonoai causados pelas circunstâncias conturbadas de sua fundação, houve outros fatores externos que dificultaram o trabalho dos jesuítas na região, abordados por Azevedo em *Outras dificuldades*. Primeiramente, é citado o fato de o ex-diretor de Nonoai, Rocha Loures, ter permitido a entrada na região de criminosos foragidos da província de São Paulo, o que quase levou o cacique Nonoai a atacar Loures, porém este foi persuadido pelo Pe. Solanellas, que atuava em Nonoai, a desistir. Outro problema enfrentado pelos jesuítas surgiu com a nova presidência da província do Rio Grande do Sul, agora ocupada por José Antônio Pimenta Bueno. Bueno, diferentemente do presidente anterior, acreditava que os padres deveriam apenas exercer o trabalho da catequese e “civilização” dos indígenas e evitar interferir em instâncias, entre outras, políticas.



A falta de apoio aos jesuítas não se limitou à este entendimento de Bueno, houve ainda uma campanha contra os membros da Companhia de Jesus em Porto Alegre, indicando que havia mais pessoas que compartilhavam o pensamento do presidente. Uma manifestação desta campanha foi o surgimento de uma coluna no jornal *O Correio de Porto Alegre*, na qual o autor, usando o pseudônimo "Alma do Marquês de Pombal" criticava os padres e promovia a opinião de que estes deveriam trabalhar apenas com os indígenas (p. 93-94).

Em *Nova legislação*, o autor explica as consequências da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, como a permissão da posse legalizada de terras, antes concedidas aos indígenas, que não se enquadrassem na categoria de terras públicas da legislação. É possível que esta mudança na legislação tenha causado um ataque ocorrido na região de Vacaria por parte de alguns indígenas. Este ataque provocou uma reação por parte da Guarda Nacional, que, sob o comando do Tenente Coronel José Luiz Teixeira, atacou indígenas Kaingang inocentes, que por coincidência se localizavam em Vacaria, enviados pelo Pe. Parés a pedido do presidente da província, Pedro Ferreira de Oliveira. O acontecimento foi utilizado para atacar a imagem dos jesuítas pelo subdelegado de polícia de Passo Fundo, Joaquim da Silva Portella, porém suas acusações eram falsas (p. 97).

Durante os meses de outubro e novembro de 1851, na Assembleia Provincial, ocorreram debates sobre a renovação do contrato dos jesuítas. Nesses, havia defensores e críticos dos jesuítas. Os críticos assinalaram a ineficiência dos padres em repelir ataques dos indígenas, a dependência da presença de soldados e desvios de conduta. A presença de soldados se devia, na verdade, ao Tenente Oliveira, que solicitava ao governo soldados caboclos para servirem como exemplo ao trabalharem como agricultores, além de protegerem os indígenas. Ao final dos debates, foi decidida a suspensão do contrato e redução de verba para a catequese, assim levando ao fim do trabalho dos padres com os indígenas Kaingang (p. 100).

Em *Catequese*, o autor volta a enfatizar a dificuldade da tarefa de catequizar os Kaingang e afirma que os únicos dispostos a fazê-la foram os jesuítas espanhóis, devido ao seu espírito de sacrifício, mesmo que seu esforço estivesse sendo cooptado pelos políticos do Rio Grande do Sul para outros fins. Azevedo afirma que parte das dificuldades encontradas pelos jesuítas naturalmente estavam ligadas à psicologia e à cultura dos Kaingang e, em



seguida, contextualiza o leitor acerca da percepção do comportamento dos Kaingang e a organização das aldeias citando um estudo pioneiro sobre os Kaingang, o da antropóloga Ítala Irene Basile Becker (p. 101).

Azevedo apresenta também as dificuldades na catequização dos indígenas do ponto de vista do Pe. Villarrubia: a primeira é a indiferença dos indígenas em relação à religião, causada pelo medo que possuíam do ser que entendiam como Deus. A segunda é a barreira linguística entre jesuítas e indígenas, que segundo o Pe. Villarrubia seria resolvida se “um índio aprendesse o português”. O autor contrapõe esta visão citando o Pe. Luís Cots que entendia ser fundamental que os padres aprendessem a língua indígena. Outra dificuldade citada é o mau exemplo da religião que alguns cristãos deram aos indígenas, principalmente daqueles que sabiam o idioma indígena. Apesar das tentativas do Pe. Villarrubia de mantê-los isolados, não foi possível, pois segundo ele os aventureiros que exploravam as terras indígenas eram movidos pela cobiça (p.104).

A última dificuldade apresentada é a “preguiça” dos indígenas, frequentemente citada pelos jesuítas, e que segundo Villarrubia era a causa da ausência em cerimônias religiosas. O padre também cita uma característica que chama de “respeito humano”, que segundo o autor esta era supostamente a recusa que os indígenas mais velhos possuíam em aprender a doutrina com os mais jovens. Esse foi um dos principais motivos que levaram os padres a concentrar os seus esforços na catequese das crianças, como Azevedo trata na seção seguinte de seu artigo.

Na seção denominada *A catequese das crianças*, o autor descreve como era o ambiente de catequização das crianças nos aldeamentos. O Pe. Solanellas percebeu rapidamente que a música era um meio eficiente para atrair a atenção das crianças para a catequese, mesmo que não entendessem o significado do que cantavam. Outros métodos que obtiveram sucesso ao introduzir o cristianismo ao público jovem foram a utilização de gravuras e um jogo de pelota introduzido pelo jesuíta (p. 108).

Azevedo torna a discorrer sobre as dificuldades na catequese dos adultos, citando algumas características observadas pelos jesuítas em relação à psicologia dos Kaingang, como a indiferença em relação ao trabalho, causada, segundo o pensamento da época, pela “preguiça”, e por associarem o trabalho a escravos e mulheres. Uma solução proposta pelo Pe. Parés foi a de enviar



soldados, que ao trabalharem junto aos indígenas, inspirariam sua confiança (p. 109)

Em *Outras considerações*, Azevedo aborda outros aspectos da cultura indígena, citando o gosto pela caça e a rivalidade entre diferentes grupos como fatores que dificultavam a atividade dos jesuítas. Por outro lado, o autor cita traços que o Pe. Villarubia admirava nos Kaingang: o baixo consumo de bebidas alcoólicas, a fidelidade nos casamentos, e a rigidez no cumprimento das promessas (p. 110).

Na seção intitulada *O Fim da missão*, Azevedo conclui que, apesar da decisão da Assembleia Legislativa de encerrar o contrato dos padres jesuítas, as dificuldades internas provavelmente levariam à mesma conclusão. Entre elas estavam a falta de um diretor em Nonoai, a invasão de aventureiros nas terras ocupadas pelos indígenas, a ausência do Pe. Parés de Porto Alegre, a perda de credibilidade dos padres diante dos indígenas, lutas partidárias e mudanças de presidentes da província (p. 114-115).

Dada a raridade de estudos sobre a catequização dos Kaingang, o estudo de Ferdinand Azevedo é uma contribuição notável pela qualidade da pesquisa no levantamento de documentos históricos, entretanto, como jesuíta, Azevedo parece ser pouco crítico ao modo como a catequese, mesmo no interior de um projeto interessado na proteção dos indígenas, ainda era uma forma impositiva e violenta de submissão dos indígenas aos valores cristãos e dos colonizadores. O texto é indicado a todos que têm curiosidade em conhecer mais a fundo a história indígena no Sul do Brasil e aos que buscam pesquisas que remetem a documentos ainda pouco explorados.